

DEBATE 24

DEZEMBRO 76



IMPRESA FEMININA
DEMOCRACIA REVOLUCIONARIA
OPOSIÇÃO SINDICAL
COMISSÕES OPERÁRIAS



40p 8785

A DEMOCRACIA REVOLUCIONÁRIA

FERNANDO ANDRADE

Democracia e Socialismo

A Plataforma para a união dos comunistas afirma o caráter socialista da revolução e o caráter democrático do programa revolucionário que deve orientar a luta das massas e de todas as forças que se batem em nosso país pela liberdade.

Consideradas em abstrato estas duas teses são manifestamente contraditórias. Mas como o mostra nossa Plataforma a relação entre o caráter e o programa da revolução não é de tipo dedutivo. Um não está para o outro como as premissas à conclusão de um silogismo. A lógica materialista não é a lógica formal embora certo doutrinário "de esquerda" em seu infantilismo teórico se obstine em confundi-las. Mas a lógica materialista tampouco se confunde com o ecletismo que consistiria em separar as duas questões como se o caráter da revolução não estivesse estreitamente ligado ao conteúdo do programa, como se a democracia para a qual este aponta pudesse ser concebida independente da perspectiva socialista e comunista da revolução em nossa época.

A luta pelo socialismo em nosso país passa necessariamente pela conquista da democracia, não no sentido de que esta, "já seja" o "ponto de partida" a "estaca zero" da construção do socialismo, mas já no sentido de que sem democracia, sem liberdade para as massas trabalhadoras, o socialismo é impossível (salvo como caricatura). Vale isso dizer que a democracia constitui, em nosso entender, uma "etapa" necessária da revolução, e necessariamente distinta da "etapa" seguinte, que seria, ela, socialista? Não estaríamos nós, comunistas da Plataforma, reintroduzindo subrepticamente a tão desgastada concepção stalinista da "revolução por etapas"? Se esta dúvida ocorreu a algum leitor de nossa Plataforma - ou de DEBATE - só poderíamos compreendê-la na medida em que, com o terror fascista reinante em nosso país, com a dispersão e fragmentação do movimento revolucionário as oportunidades foram poucas para aprofundarmos e esclarecermos, através de um debate crítico e fraternal, as dificuldades ou as insuficiências de um documento político que indiscutivelmente já marcou sua presença no movimento comunista do Brasil. Do ponto de vista revolucionário do proletariado, a democracia não é uma etapa, mas uma condição necessária para o socialismo. Os objetivos da revolução no Brasil serão imediatamente democráticos enquanto não forem imediatamente socialistas, enquanto a massa dos trabalhadores não estiver mobilizada e organizada para exercer o poder político. Só o socialismo trará solução de fundo para os problemas de nosso povo, mas para que o socialismo seja possível, é necessário conquistarmos a democracia. Por isso dizemos que o caráter da revolução é socialista mas o programa democrático.

Alguém poderia objetar que não são os objetivos imediatos que definem o programa revolucionário, mas seus objetivos finais. Esta objeção comporta duas respostas: (1) toda revolução seria comunista, porque o objetivo final da revolução é a supressão das classes e do Estado e nenhuma necessidade haveria de qualquer forma de luta e de elaboração teórica, posto que

há cinco quartos de século o programa dos comunistas foi já elaborado por Marx e Engels no Manifesto Comunista; (2) todas as revoluções vitoriosas em nossa época mobilizaram as massas populares para o assalto ao poder de Estado opressor, em torno de palavras de ordem e de objetivos democráticos e revolucionários (pão, paz e terra na Rússia de 1917, onde mesmo a palavra de ordem "todo poder aos soviets" não era "puramente" socialista; os casos da revolução chinesa, cubana, vietnamita e das revoluções africanas são ainda mais claros).

É possível que parte da incompreensão manifestada por alguns camaradas a respeito da interpenetração dialética da democracia e do socialismo advinha de uma simples questão de palavras, a saber, de uma interpretação teórica da noção de programa revolucionário. Entendemos por programa a exposição sintética dos objetivos e palavras de ordem que orientam a ação dos revolucionários e das massas no sentido de transformar a situação existente. O objetivo central do programa revolucionário é aquele em vista do qual devem se concentrar as forças da revolução; é aquele que, atingido, implica na ruptura revolucionária da ordem existente e torna praticamente viáveis os objetivos ulteriores, mais avançados, do proletariado e de seus aliados históricos. Para poder se concentrar amanhã na construção do socialismo, as forças revolucionárias da democracia devem hoje se concentrar na derrubada da ditadura. Por isso devem defender um programa democrático. E não se auto-comprazer no revolucionarismo oral.

Ruptura revolucionária ou liberalização ?

A luta pela democracia tem no Brasil -e não somente no Brasil- uma dinâmica objetivamente revolucionária. Mas daí a concluir que a luta pela democracia é como tal revolucionária há um grande passo que leva direto ao pantanal ideológico do oportunismo de direita. (O mesmo vale, "mutatis mutandis", para a luta em defesa da economia nacional: o anti-imperialismo consequente é em nossa época objetivamente revolucionário. Mas é preciso uma idéia miseravelmente estreita dos objetivos históricos da revolução para achar que ela coincide com a expulsão dos capitalistas ianques de nosso país).

Não é possível lutar pela democracia revolucionária sem lutar pela democracia. Lutar pela democracia revolucionária é antes de mais nada lutar revolucionariamente pela democracia, isto é, lutar pela ruptura revolucionária do regime de ditadura militar terrorista a serviço dos monopólios.

Por ruptura revolucionária entendemos a derrubada da ditadura. No nível atual de organização e de mobilização das largas massas do proletariado e do campesinato, a ninguém é dado (salvo a um ou outro profeta-charlatão) prever a iminência da queda do regime de terror militar a serviço do Grande Capital pelo assalto direto das massas. A linha fundamental da ação de massas dos comunistas deve se orientar por esta perspectiva, mas tanto a análise materialista das contradições do desenvolvimento capitalista e da dominação de classe da burguesia no Brasil quanto a experiência histórica da revolução social em nossa época indicam a possibilidade de uma situação de crise revolucionária provocada por fatores extrínsecos à iniciativa das massas. É típico do revolucionarismo oral "de esquerda" ignorar ou encolher os ombros diante desta possibilidade. Como os mencheviques ridicularizados por Lênin em Dois táticas, eles acham "natural" que a burgue-

guesia dirija a luta pela democracia e se reservam o papel de "extrema posição revolucionária" na perspectiva de formação de um governo democrático oriundo da crise do regime ditatorial.

Para nós comunistas qualquer que seja a natureza política do processo que conduzirá à desestabilização do regime ditatorial à serviço dos monopólios, quer assuma um conteúdo diretamente revolucionário (se esta desestabilização for provocada pelo assalto direto das massas) quer assuma conteúdo apenas indiretamente revolucionário (se os fatores de desestabilização forem relativamente independentes do grau de organização e de mobilização da classe operária e de seus aliados; crises econômicas maiores, enfrontamentos violentos entre grupos militares, crise internacional, guerra, etc.). a questão essencial será em todos os casos a da direção política da luta pela democracia.

Se esta direção permanecer como está, nas mãos da burguesia liberal, em vez de derrubada da ditadura teremos no melhor dos casos uma reorganização liberal do poder de Estado burguês. Mesmo que abalado, o aparelho burocrático-militar de dominação de classe da burguesia preservara seus instrumentos essenciais de administração e de repressão. Em vez de desdobramento revolucionário da democracia, a queda do regime de terror - militar dará lugar (sempre no melhor dos casos) a uma estabilização liberal-burguesa do Estado e da sociedade. Em vez de ruptura revolucionária teremos liberalismo social-democrata (exemplo português).

A queda da ditadura colocará imediatamente na ordem do dia a questão de saber quais os interesses de classe que se afirmarão sobre o terreno das liberdades políticas. E esta, repetimos ainda uma vez aos "testemunhas de Jeová" de nossa esquerda, não é uma questão que possa ser resolvida "marcando posição" a favor da revolução proletária, não é, contrariamente ao que pensam certas seitas "super-revolucionárias" especializadas na pregação evangélica de um mal redigido "programa socialista", uma questão de idéias, mas uma questão de correlação política de forças entre as diferentes classes da sociedade. Terá forças a burguesia para freiar a iniciativa das massas na luta pela liberdade? Ou as forças revolucionárias - as estarão em condições de levar até o fim a luta contra a ditadura fazendo da democracia o ponto de apoio para a auto-determinação das massas? A alternativa está em aberto: hoje a burguesia liberal assume, incontestavelmente, a direção da luta pela democracia, procurando contê-la nos estreitos limites do tolerável pela ditadura. Mas se são os Tancredo Neves os Ulysses Guimarães, os Franco Montoro que conduzem a luta da oposição (burguesa) o que lhe dá força e substância política é a progressiva ascensão das lutas de massa pela liberdade e por uma vida melhor. São os operários, os estudantes, os camponeses, os intelectuais e o clero progressistas que, em crescentes e multiformes manifestações da revolta popular contra o terror fascista e a exploração dos monopólios, têm lançado as sementes da frente antiditatorial.

Considerando em bloco as forças que se opõem no Brasil de hoje ao terror militar constatamos que o caráter burguês de sua direção se opõe ao caráter popular de suas forças motrizes e que portanto a grande questão política com que se defrontam os revolucionários para formar e dar consequência à frente antiditatorial é a da hegemonia operária na luta pela liberdade.

O anti-fascismo burguês - no caso brasileiro e latino-americano : a oposição burguesa ao terrorismo militar a serviço dos monopólios - cedo ou tarde

de entra em contradição com a aspiração das massas a fazer da democracia o instrumento da transformação social. Evidentemente, seria um catastrófico erro político, que só grupúsculos sem significação histórica podem se permitir, enganar-se de inimigo principal e sair quixotescamente a distribuir golpes (em geral verbais) à torto e a direito em vez de concentrar a luta política das massas na consecução daquilo que para elas constitui a primeira condição de sua emancipação política: a liquidação do terror militar e policial sobre os trabalhadores. Por isso, na luta contra a ditadura, o proletariado, consolidando e desenvolvendo sua autonomia política como condição necessária para que o movimento anti-fascista não se atrofie na busca de um compromisso "liberalizante" com o regime militar.

O curso histórico da revolução

Enquanto os trabalhadores assalariados, especialmente a classe operária, não tiverem conquistado o direito à organização sindical e a ação política independente, enquanto não for aplicada no campo a palavra de ordem "a terra para quem nela trabalha", enquanto os setores-chave da economia não escaparem, pelas nacionalizações democráticas à lógica da acumulação capitalista, enquanto a nação brasileira não se libertar do tributo que sobre ela faz pesar a exploração imperialista, enquanto não houver liberdade política para as massas, enquanto a máquina estatal não for expurgada dos torturadores e dos responsáveis do terror ditatorial, enquanto as Forças Armadas não forem reorganizadas e a doutrina militar em vigor completamente reformulada, não estarão cumpridas as tarefas democráticas da revolução - cujo caráter histórico é indiscutivelmente socialista. Malgrado a interpenetração destas tarefas elas tanto poderão ser realizadas em bloco (e neste caso teríamos a vitória das forças revolucionárias da democracia) quanto serem realizadas apenas parcialmente (e neste caso haveria equilíbrio de forças entre as diferentes classes e camadas sociais interessadas - cada uma a sua maneira - na democracia). O fator decisivo evidentemente, será a correlação de forças no momento da queda da ditadura, que se exprimirá antes de mais nada através do próprio processo de ruptura do regime de terror militar a serviço dos monopólios.

Como se vê, o programa da democracia revolucionária não se confunde e "a fortiori" não se reduz à luta pela liberdade política. Ele é objetivo permanente das forças revolucionárias; sua realização supõe necessariamente a ruptura democrática da ditadura militar a serviço do Grande Capital, mas dada a possibilidade histórica de uma "reforma liberal" do regime que reconstitua, em bases distintas, a dominação de classe da burguesia, a luta pela democracia pode prolongar-se além da queda do regime militar. Mas a contradição principal terá então mudado: não será mais a que opõe as forças da democracia em seu conjunto ao terror militar e fascista a serviço dos monopólios, mas as forças revolucionárias da democracia a reação burguesa em seu conjunto.

Para o proletariado e seus aliados - os camponeses pobres e sem terra, a pequena burguesia e outras camadas populares urbanas, os estudantes, os intelectuais socialistas, a fração do clero ligada à causa popular - a luta contra a ditadura se insere numa dinâmica que levada às suas últimas consequências conduzirá a sociedade brasileira à grande alternativa histórica de nossa época: capitalismo ou socialismo. Se a queda da ditadura devesse fatalmente se produzir (como o afirmou de 1968 em diante o movimento de luta armada) através da guerra revolucionária, entendida como guerra prolongada desenvolvendo-se a partir da ação de pequenos co

mandos urbanos e transferindo-se progressivamente para o campo, ou então como desde sempre o afirmaram os maoistas brasileiros, como cerco da cidade pelo campo (embora nos confins amazônicos, em 1972-1973, foi a cidade quem cercou o campo, isto é, as tropas de elite da repressão ditatorial que cercaram o núcleo de resistência armada revolucionária), se a solução da questão histórica do poder de classe no Brasil tivesse necessariamente que ter caráter principalmente militar, se a revolução social devesse inevitavelmente assumir a forma de guerra civil prolongada entre as duas grandes classes da sociedade moderna, então a aplicação do programa da democracia revolucionária seguiria o ritmo da linha de fogo: um poder popular, nas zonas libertadas, distribuiria a terra, nacionalizaria as grandes indústrias etc.. A direção político-militar do Exército Popular Revolucionário constituir-se-ia automaticamente em governo provisório revolucionário até que, com a vitória final, as instituições socialistas estariam consolidadas. Mas será este o curso mais provável da luta revolucionária no Brasil? Nossa esquerda sempre foi pródiga em futurólogos. Das primeiras adaptações do "modelo debrayista", passando pelo modelo quase cibernético de Jamil, e as quixotadas amazônicas de J.M. Crispim ao dogmatismo reboquista do maoísmo verde-amarelo (talvez perplexo frente à curiosa aplicação do "pensamento maotsetung" em Angola), a crise revolucionária tem sido em geral encarada como resultado direto da ação armada das vanguardas ou das massas (ou das vanguardas e das massas) e como consequência, a tomada do poder é descrita como mero corolário da vitória militar das forças revolucionárias. É inútil salientar que a dura realidade (a realidade do terror militar, da tortura sistemática, da contraguerrilha científica) desmentiu a solução teoricamente muito simples que os movimentos de luta armada entenderam dar à questão da crise revolucionária e do poder operário-camponês em nosso país. Não é mais admissível, após a desastrosa embora heróica experiência da resistência armada, que se reduza a dupla questão da ruptura da ordem burguesa e da vitória das forças operárias e democráticas à hipótese da guerra civil prolongada entre o proletariado (e seus aliados) e a burguesia (e seus aliados).

Tampouco nos parece próprio ao materialismo histórico especular em torno de "modelos estratégicos alternativos": deixemo-los aos "politólogos" e sociólogos. Os desdobramentos políticos mais prováveis da situação atual, e o papel que neles poderá desempenhar o proletariado e com ele todas as forças revolucionárias da democracia, dependerão essencialmente (1) da capacidade que manifestar o regime em manter a coesão das classes dominantes malgrado o agravamento das dificuldades econômicas com que se defronta o capitalismo no Brasil (articuladas à crise internacional do capitalismo através de mecanismos específicos descritos no editorial de DEBATE 22) e (2) da capacidade de intervenção revolucionária das forças operárias e democráticas. De todas as maneiras, embora não nos seja dado desde já apontar a forma concreta de luta que desempenhará o papel principal na derrubada da ditadura e no desenvolvimento revolucionário da democracia, nenhuma dúvida é permitida no referente à necessidade da força para a conquista da liberdade. Mas nem por isso se deve brincar com a insurreição: na falta de uma organização revolucionária clandestina capaz de dirigir em escala nacional a luta das massas e de resistir aos mais duros golpes da repressão terrorista, de nada serve preconizar, por via escrita ou oral, exércitos proletários e camponeses. A seriedade de um movimento revolucionário se mede pela viabilidade das palavras de ordem que lança: em abstrato se podem imaginar incontáveis formas de luta, umas mais capazes que as outras de por fim ao despotismo do Grande Capital. No movimento histórico concreto, o que contam são as orientações que se materializam na luta das massas, as palavras de ordem que se transformam em forças reais porque assumidas como

suas pelos trabalhadores. Que significado concreto pode ter hoje a palavra de ordem "armar o proletariado"?, "preparar a insurreição"? Quem não aprendeu, com a experiência de 1968-1971, que a ação armada de pequenos grupos revolucionários não leva à luta política de massas não aprendeu nada. Nas condições atuais em que se desenvolve a luta de classes na sociedade brasileira, a alteração da correlação de forças entre revolução e contra-revolução, entre democracia e ditadura, passa essencialmente pela formação de uma sólida organização revolucionária unida às massas e rigidamente implantada na clandestinidade. Dispersar esforços em aventuras mal improvisadas é atrasar a realização desta grande condição histórica da vitória da democracia e do socialismo em nosso país. O ciclo das especulações "estratégicas" está morto e enterrado. É a reunificação dos comunistas, a reorganização sobre bases novas do comunismo em nosso país, a unidade de ação de todos os democratas consequentes que abrirá as portas do futuro, tornando possível resolver pela força a questão da liberdade, que o cretinismo liberal vem tentando "solucionar" através de ridículos malabarismos jurídicos pomposamente intitulados de "institucionalização" através da "imaginação política criadora" de velhas cavalgadas parlamentares.

Se não está determinada a forma principal que assumirá o assalto das massas ao poder de Estado terrorista do Grande Capital, se nem mesmo é possível, sobre o terreno do materialismo histórico, prever se a iniciativa das massas será direta ou indireta na ruptura do regime militar, faz-se necessária a maior clareza na determinação dos objetivos da democracia revolucionária numa situação de crise nacional podendo conduzir à queda (mesmo que esta não seja o efeito duma derrubada) da ditadura. Na Plataforma para a união dos comunistas indicamos como um dos pontos centrais do programa democrático revolucionário, o "estabelecimento, através de uma Assembleia Constituinte eleita por sufrágio universal... com plena e inteira liberdade de organização política para os trabalhadores... de um regime de democracia política". Colocamos este objetivo institucional ao lado de objetivos de classe (independência sindical, reforma agrária) de medidas anti-imperialistas (criando as condições para a afirmação da soberania nacional na economia e na política) anti-monopolistas (nacionalização democrática dos setores-chave da economia e em geral dos setores onde se tenha afirmado plenamente o caráter social da produção) e anti-fascistas (liquidação do aparelho terrorista montado pela ditadura militar bem como dos aparelhos e instituições atentatórios ao exercício das liberdades democráticas) deixamos indeterminada a questão da articulação destes objetivos uns com os outros, da dialética objetiva da democracia revolucionária. O aprofundamento da discussão de nossa Plataforma já nos permite desenvolver alguns pontos deixados em suspenso quando de sua elaboração há dois anos atrás. Permite notadamente passar da exposição sintética e global dos objetivos centrais da democracia revolucionária à discussão do curso histórico mais provável que caracterizará a luta por sua realização. Permite sobretudo indicar as tarefas fundamentais do movimento operário e comunista numa situação de crise política nacional abrindo a via para a vitória da democracia e para a luta pelo socialismo.

0 governo provisório

Qualquer que venha a ser o papel da iniciativa das massas no aprofundamento da crise do regime militar terrorista a serviço dos monopólios, o traço mais marcante da situação política que se seguir à queda da ditadura será a generalização da intervenção das forças revolucionárias da democracia na

luta política em escala nacional. O dever dos comunistas, antes de mais nada, é apoiar a fundo esta intervenção. É também - mas isto é coisa que não se improvisa - compreender a dinâmica objetiva da situação, determinar seus fatores decisivos, suas linhas de força e seus pontos de ruptura, sintetizar a experiência e os avanços do movimento de massas e definir sua atitude em relação ao governo provisório que suceder à queda do regime militar.

Apoiar a fundo a intervenção das massas, sintetizar sua experiência e seus avanços, não significa cair no culto da espontaneidade revolucionária, mas por-se a serviço da realização integral das aspirações e reivindicações imediatas dos trabalhadores da cidade e do campo. Ao preconizar a designação de uma Assembléia Constituinte como órgão representativo da soberania popular, eleita pelo sufrágio universal e direto com plena liberdade de propaganda e manifestação para todas as forças democráticas da sociedade brasileira, os comunistas não estão nem "dissimulando" suas intenções verdadeiras (implantar pela força a "ditadura do proletariado" entendida como ditadura do partido burocrático sobre a sociedade) nem renunciando à superação revolucionária das instituições e da organização do poder estatal capitalista. Ao lutar pela afirmação e pelo respeito da soberania popular expressa no voto (desde que haja liberdade para as massas e portanto repressão de seus repressores) os comunistas não estão sendo guiados por considerações estreitas de oportunidade tática (não "assustar" as correntes democráticas da burguesia, da pequena burguesia urbana, das camadas médias assalariadas e do campesinato médio e rico), mas pela convicção profunda e fiel à inspiração originária dos fundadores do materialismo histórico e de seus melhores representantes, de que sem liberdade o socialismo não se desenvolve e pode mesmo - como o mostra uma experiência que só o fanatismo e o obscurantismo pretendem negar - degenerar em ditadura burocrática do partido que se substitui à ditadura democrática do proletariado, isto é, à organização da classe operária e de seus aliados históricos como classe dominante e dirigente da sociedade. Vale isso dizer que a Assembléia Constituinte representa a forma de organização política através da qual se produzirá a emancipação dos trabalhadores? Poderão os revolucionários e todos os democratas consequentes, em seguida à queda da ditadura e no momento em que se abrem para as massas condições inéditas de intervenção política, adiar as grandes decisões e as grandes iniciativas preconizadas pelo programa da democracia revolucionária à espera de que se convoquem as eleições para a Assembléia Constituinte, de que se realize a campanha eleitoral? Devem ficar torcendo como se acostumaram a fazer os oportunistas de direita, pela vitória "esmagadora" da democracia nas urnas para em seguida, no caso de se produzir esta vitória, apresentar projetos de lei consagrando a reforma agrária ou o controle operário da produção? Ou o centro da luta pela democracia passa pela ação das massas ou pela Assembléia Constituinte. Não há meio termo a esta alternativa. A reivindicação da Assembléia Constituinte não pode em caso algum sustar, limitar ou rebaixar a ação das massas. Ao contrário, a queda da ditadura, condição indispensável para a convocação de uma Constituinte democrática, será marcada por ofensiva sem precedentes das massas populares da cidade e do campo: ocupação dos latifúndios, formação de comitês dos trabalhadores nas fábricas, nas fazendas, nos bancos, nos grandes estabelecimentos comerciais, nas repartições públicas, nos meios de comunicação social, passagem da máquina sindical às mãos dos trabalhadores, etc. É sobre o terreno da liberdade política e numa situação de ofensiva das massas que a Constituinte será instaurada, não para derrubar a ditadura (ela já terá caído) nem para proclamar a democracia (ela estará sendo conquistada pelas massas em movimento); mas para

ter com a situação concebida, com o mesmo espírito com que se comprometeram no terreno eleitoral, com a oposição concebida.

elaborar a forma jurídica da sociedade e do Estado transformados pela realização - parcial ou integral, é o que decidirá a correlação de forças da democracia revolucionária.

Entre a queda da ditadura e a instauração da Constituinte transcorrerá necessariamente um período cuja duração dependerá da resistência das classes exploradoras às transformações democráticas e durante o qual o poder de Estado estará nas mãos de um governo provisório. Os comunistas e todas as forças revolucionárias da democracia, devem lutar para por este governo a serviço da iniciativa das massas e da aplicação imediata das medidas que constituem o essencial do programa revolucionário da democracia. Seria verdadeira capitulação abandonar o governo provisório às forças burguesas e pequeno-burguesas; o dever dos revolucionários é se bater pelo caráter revolucionário do governo provisório. Mas seria capitulação igual ou pior abdicar para fazer parte do governo provisório, de qualquer dos objetivos da democracia revolucionária. A iniciativa das massas não é "negociável" e a função dos comunistas no governo provisório será a de apoiar e não de freiar a luta dos camponeses pela terra (na lei ou na marra) e dos operários pelas nacionalizações democráticas, por salários e condições de trabalho dignas. É nesta perspectiva e nestes termos que os revolucionários brasileiros devem encarar os possíveis entendimentos políticos com as forças da democracia burguesa no sentido da formação imediata da frente anti-ditatorial. Qualquer proposta de frente (como uma já velha de três anos auto-intitulada de "frente patriótica contra o fascismo") que deixe no ar estas questões deve ser rejeitada como conduzindo inevitavelmente à confusão das massas e ao reboquismo diante do liberalismo burguês.

As mesmas considerações são "a fortiori" aplicáveis a uma situação relativamente longa de crise aguda do regime ditatorial. São a mobilização das massas, a organização a mais larga e decidida dos trabalhadores da cidade e do campo, poderão impedir que o fracasso, cada vez mais manifesto, da ditensão ditatorial, dê lugar à recuperação do controle completo do poder pelos "ultra" do aparelho militar aliados aos bandos criminosos do terror fascista. A não ser que, seguindo os oportunistas de direita, cerremos fileiras atrás dos Franco Montoro e Ulysses Guimarães afim de que eles nos liberem da sanha assassina da AAB, MAC, TFP e outras organizações para-policiais funcionando como cabos eleitorais de Garrastazu Medici, de Davila Melo e outros torturadores patenteados.

A nova vitória da oposição tolerada constitui inequívoco testemunho não somente do crescente isolamento político da ditadura, mas da determinação popular em dizer não, sob todas as formas possíveis, inclusive eleitorais, ao estado de coisas reinante em nosso país. Mais do que nunca está colocada na ordem do dia a questão da direção política da luta pela democracia. Mais do que nunca, são os próprios sucessos eleitorais do MDB -que globalmente considerados constituem um fato positivo na luta pela liberdade- que põem em evidência a incapacidade congênita do liberalismo burguês em resolver as questões que ele próprio coloca -a da democracia e da justiça, para usar a linguagem do senador Franco Montoro-.

Mas nesta hora decisiva já surgiram, com o crescimento e o fortalecimento da oposição sindical, sobre as bases sólidas das comissões de fábrica, as condições da organização independente do proletariado. Já está traçada a via através da qual a classe operária desempenhará o papel de vanguarda e de força motriz na luta pela democracia. São não o compreenderam aqueles mesmos oportunistas de direita que preferem, nos sindicatos, se comprometer com a situação consentida, com o mesmo empenho com que se comprometem, no terreno eleitoral, com a oposição consentida.

O DEBATE NA OPOSIÇÃO SINDICAL

HÉLIO CINTRA

Nosso documento político fundamental a "Plataforma para a união dos comunistas" coloca no centro da luta política do proletariado brasileiro a independência sindical. Daí a extrema importância que conferimos ao surgimento, no interior do país, de uma "Oposição Sindical" que se propõe lutar por esta independência sindical conservando um espírito de unidade e criticando aqueles que com sua ação pretensamente "comunista" tem dividido a classe operária com suas propostas esquerdistas. Não havendo espaço para uma apresentação histórica detalhada da O.S. nos limitaremos a expor aquilo que nos parece ser seus princípios políticos fundamentais. Partindo de "Uma Proposta de Programa", cujo conteúdo de análise política (especialmente o item denominado "O Desenvolvimento do Capitalismo e os Problemas Centrais da Classe Operária no Brasil") está superada pelas discussões travadas nas bases, mas cujos princípios norteadores do Programa permanecem válidos, acreditamos dever acentuar os seguintes pontos:

- (1) - Um programa deve ser um instrumento de educação da classe operária.
- (2) - Um programa deve ser um instrumento de unificação da classe operária
- (3) - Um programa deve ser o instrumento de orientação para as lutas e as iniciativas da classe operária. Neste aspecto a O. S. insiste para o fato de que um programa não pode ser uma simples listagem de reivindicações, mas deve ser uma orientação para a classe operária em seu conjunto para que ela se prepare e lute por seus interesses que não serão atendidos senão pela força do movimento operário, agindo como classe, com objetivos próprios que superem de muito um programa meramente sindicalista.
- (4) - Um programa deve se basear nas necessidades objetivas e concretas da classe operária.

A partir de um programa elaborado segundo estes princípios iniciou-se uma ampla discussão levada a cabo pelas comissões de fábrica. Outros documentos foram elaborados, dentre os quais o mais significativo se intitula "O significado atual da discussão e as tarefas que se impõem". Fernando de Andrade ("Movimento Operário e Sindicatos", DEBATE 20, pp4,5) escreve a propósito da experiência de luta dos operários espanhóis durante a ditadura franquista: "E após décadas de heróico trabalho clandestino combinado às mais diversas formas de ação de massas, inclusive nos sindicatos fascistas, os operários espanhóis puderam isolá-los e fazer passar o essencial da luta reivindicatória das massas proletárias pelas "Comisiones obreras". Quanto não ganharíamos nossos esquerdistas, que vivem tendendo à "proletarização" em estudar a fundo - isto é, com a metodologia do materialismo dialético e com espírito verdadeiramente internacionalista - esta experiência. Dela se tiram duas grandes lições: a independência sindical se conquista levando a luta de massas para dentro dos sindicatos reacionários e se consolida quando, isoladas as direções reacionárias, as massas se organizam a partir de seus locais de trabalho. Esta consciência parece estar presente no documento da oposição sindical acima citado, pois este afirma que "o sindicato oficial representa, não há dúvida, a forma de organização da classe operária imposta pela burguesia. O sindicalismo oficial representa uma forma de controle da classe operária, e quanto a isto também não há dúvida. Qualquer organização independente da classe o

perária tem que passar pelo enfraquecimento e, finalmente, destruição do sindicalismo oficial. Não há dúvida de que é este o objetivo. Mas também não há dúvida de que, atualmente, a classe operária é fraca demais para transformar em fatos os seus desejos e necessidades. Em outras palavras, a atual relação de forças entre burguesia e proletariado é de tal forma favorável à burguesia, que a destruição do sindicalismo oficial é um objetivo remoto. Somente quando a Oposição Sindical tiver força suficiente para deixar de ser uma idéia de alternativa para o sindicalismo oficial e passar a ser a alternativa real, é que a destruição do sindicalismo oficial passará a ser objetivo imediato. A tarefa atual é portanto o fortalecimento da O.S. como alternativa para este sindicalismo oficial" (Pp 12 e 13). Mais abaixo o mesmo documento ainda afirma: "Há sindicatos pelos quais passam diariamente mais de 500 ou até mais de 600 companheiros. Não importa se eles vão lá em busca de dentista, de advogado. O fato objetivo é que eles lá estão. Fora a fábrica, o sindicato é hoje o único lugar em que há concentração significativa (em termos de número) de operários. As Assembléias dos sindicatos são, praticamente, os únicos lugares em que é possível discutir com participação de bom número de operários, problemas de operários por operários. As eleições sindicais são momentos de discussão e de organização da classe. Os dissídios também o são, assim como as campanhas salariais. Ora, como entregar essas oportunidades à burguesia? Este é um erro que os companheiros tendem a cometer. Este é um erro de esquerdismo que precisa ser criticado. A construção da organização independente da classe operária, a construção da O.S. tem como base a luta. Esta luta tem que ser travada por operários em todos os lugares do mundo operário. Na fábrica, pelas comissões de fábrica. No sindicato, pela posição sindical. Esta aí uma dificuldade: como participar da luta sindical sem se identificar com o sindicalismo oficial? É claro que se a O.S. for apenas uma oposição às diretorias dos sindicatos, desta luta não nascerá uma forma alternativa de sindicalismo. A participação na luta interna dos sindicatos oficiais dependerá de vitórias eleitorais. Dependerá da ampliação de sua representatividade em termos nacionais"... "E quando a O.S. for forte, ela poderá não mais participar das eleições nos sindicatos oficiais: esta recusa poderá mostrar claramente que o sindicato oficial não representa nada. Esta recusa poderá mostrar que a classe operária reconhece, como sua, outra organização que é independente da burguesia. A este momento deverá chegar. E neste momento a O.S. deixará de ser Oposição Sindical e passará a ser a única representante da classe operária, na sua confrontação, no plano da luta sindical, com a burguesia". (Pp 14, 15).

Está pois no centro da atividade de luta da O.S. uma preocupação de retirar das mãos da burguesia o uso dos sindicatos oficiais como instrumento de controle da classe operária e uma preocupação de estar presente nos locais de concentração operária, encaminhando discussões e propostas que resultem numa organização independente da classe operária. O importante evidentemente não é participar da luta em si, dentro dos sindicatos oficiais, mas participar em função do crescimento da O.S.

As proposições da O.S. colocam no centro da discussão uma série de questões, tais como a relação que deve existir entre O.S. e organizações políticas representantes dos interesses proletários e que atuam no seio da classe operária. Alguns setores da O.S. chegaram a afirmar que "É preciso evitar a interferência de partidos políticos na organização independente da classe operária". Este grupo, evidentemente, não faziam uma diferença entre partidos operários e partidos burgueses e caíam numa contradi-

ção apontada justamente pela maioria das direções da O.S que se consubs - tanciava numa pergunta que por eles não podia ser respondida: " Como a or - ganização independente da classe operária, como a O.S., pode ser indepen - dente de setores da classe operária? ". É preciso pois, aceitar duas ori - enções: (1) - a O.S. é uma organização independente da classe operária, independente da burguesia e (2) - todas as forças, tendências e agrupa - mentos existentes no interior da classe operária, e que são independentes da burguesia, e que aceitam e desejam participar da O.S., podem e devem levar para seu interior, a sua contribuição (ibidem, p.8). Ainda neste processo de discussão interna, principalmente levado a cabo com tendên - cias que se apresentam como "proletárias" a maioria da O.S. apontou uma série de equívocos, tais como o de dar prioridade às reivindicações em vez das tarefas de organização da classe e o de opor o trabalho legal ao trabalho clandestino. Estes equívocos caracterizaram a tendência que fi - cou conhecida como a dos "110%", que em sua resolução chegou inclusive a afirmar que "todos os que estiverem contra esta proposta (de exigir au - mento salarial de 110%) devem ser considerados traidores da classe operá - ria ". Esta tendência não percebeu que a maior fraqueza da classe operá - ria é sua desunião, sua deseorganização, que a força de uma classe depen - de disto. Ora, diz a O.S., " se a atual forma de organização hegemônica no interior da classe operária é o sindicato oficial, a tarefa principal é evidente. Esta tarefa principal é o fortalecimento da organização inde - pendente da classe operária. " Sendo isto evidente para todos, não o é para o grupo dos 110% que considera traidores da classe operária todos aqueles que não se dispõem a lutar por esta porcentagem, hoje inviável. Não se trata de discutir se 110% é justo ou não. Mesmo 200% seria injusto, po - is "injusto é o sistema de exploração que é a característica geral do sis - tema capitalista". (ibidem, p.20). "Ora, 45% pode não ser uma vitória se a burguesia quer dar 45%, mas se a burguesia quer dar 42%, 45% é uma pe - quena vitória, pois pequenas vitórias são mais importantes que grandes derrotas". "E, se no interior de uma campanha salarial é possível implan - tar duas, tres ou mais comissões de fábrica, aí já se trata de uma outra vitória, pois representa um avanço na organização da classe" (ibidem, p.- 20). E a palavra de ordem "formar comissões de fábrica, embriões dos comi - tês de auto-gestão" na boca destes "esquerdistas" torna-se uma frase ôca e divisionista, porque desligada da perspectiva de organização da classe operária como um todo, de um programa político que dê conta da atual si - tuação brasileira e que represente uma plataforma de luta, partindo das condições reais de vida da classe operária e de seu atual nível de organi - zação, visando o estabelecimento do socialismo em nosso país. E não é por mera coincidência que é este mesmo grupo dos 110% que propugna o abandono de todas as formas de luta legais, não levando em conta uma análise con - creta das atuais relações de força. A ação clandestina não existe por ser melhor ou pior do que a ação no interior das instituições toleradas pelo regime. Ela existe como imposição da situação atual, porque sem um míni - mo de clandestinidade, mesmo as lutas de massa as mais largas e abertas não podem se desenvolver com consequência nas atuais condições de repres - são que caracterizam a ditadura militar terrorista a serviço dos monopó - lios.

O divisionismo pseudo "proletário" de conhecidos doutrinários pequeno - burgueses não constituirá em absoluto um obstáculo à consolidação e ao desenvolvimento das comissões de fábrica e da oposição sindical. Os ver - dadeiros revolucionários, notadamente os comunistas, sem deixar de defen - der um só instante suas próprias idéias e seu próprio programa político, entendem que seu dever é ocupar seu posto de combate junto com todos os operários de vanguarda que estão levando à frente a luta pela organiza - ção independente .

LUTA LUTA

ANO 1 Nº 2

LUTA LUTA

ANO 1 Nº 4

Órgão da Oposição Sindical

Março - 1976

Cr. 1,00 Órgão da Oposição Sindical

Setembro - 1976

Cr. 1,00

1º DE MAIO

dia do trabalhador
lutas e vitórias

Comissões Operárias

uma organização independente
nossa união e força

Stork Inox e De Nigris

operários em luta

Greve na Matarazzo

GREVE na LESTE-OESTE
luta por aumento

POLÍTICA SALARIAL
produtividade aumenta
salários caem

STORK-INOX
operários lutam
contra arbitrariedade

COMISSÕES OPERÁRIAS
nossa união e força

COMISSÕES OPERÁRIAS

L.S.n:4

Os sindicatos operários se encontram atualmente submetidos a um conjunto de leis e pressões por parte dos patrões e governo que os tornam ineficientes na representação dos interesses e defesa dos direitos da classe operária. Os sindicatos não tem autonomia, liberdade e independência pois o Ministério do Trabalho controla totalmente suas verbas, corpo de associados, departamentos e invalida decisões de assembleias, etc... O Ministério pode intervir em qualquer sindicato, destituindo diretorias e inclusive lacrando suas portas. rem forças para que respeitem suas exigências, no sentido de recuperar o poder aquisitivo e formar uma nova orientação ao sindicalismo.

Entretanto, temos demonstrado que os sindicatos não funcionam, portanto, torna-se urgente alterar esta situação. Experiências vividas recentemente demonstram que a formação de grupos nas fábricas (comissões operárias) tem alcançado várias vitórias como: melhores condições de trabalho, antecipações salariais, etc... Vilares, Arno, Wolg e tantas outras foram palco de lutas. Nos últimos anos elas vem crescendo em número e combatividade, demonstrando que é a melhor forma de construir a organização livre e independente dos trabalhadores.

COMISSÕES OPERÁRIAS

L.S.n:2

Na campanha salarial de 1973 o aumento foi de 23%, em muitas fábricas os operários baixaram o ritmo de produção, reclamando um reajuste maior. As fábricas cederam. A mesma coisa aconteceu em 1974, tanto em SP como no ABC. Na campanha salarial de 1975, o fato se repetiu várias vezes semelhante a Matarazzo.

Isso comprova que os reajustes não são ditados por uma fórmula do governo, nem depende da vontade ou bondade dos patrões. Eles dependem, fundamentalmente da força da classe operária.

Todas as experiências de suas conquistas tem demonstrado que a força está em sua organização nas fábricas. A pressão sobre a produção, força as firmas a conceder reajustes fora da política de arrocho salarial.

A forma da classe lutar por suas reivindicações, se inicia pela organização de movimentos nas fábricas.

Poderão promover as listas, abaixo-assinados e toda forma de luta em defesa dos interesses o-

perários, inclusive a paralisação e a diminuição do ritmo de trabalho (operações tartaruga). São essas nossas armas. Arguimentos que tocam no nervo vital, no fraco dos poderosos patrões!

As comissões operárias, geralmente, tem nascido e extinguido em cima de cada luta concreta. A tarefa mais importante, hoje, é dar permanência às comissões nas fábricas. Construir esta organização para dirigir sistematicamente suas lutas, garantindo-as antes e depois da hora "H", independente dos sindicatos, governo ou qualquer norma jurídica.

Além de facultar grandes possibilidades de melhoria de nossas condições de trabalho e salários, tem a propriedade de fortalecer o movimento operário, se constituindo numa barreira intransponível às arbitrariedades patronais.

As comissões operárias representam a organização autêntica e livre dos operários na luta por seus direitos e interesses.

Os trabalhadores brasileiros ficaram a merce da vontade e da exploração dos patrões em virtude da dificuldade em reagir, sobretudo com a lei anti-greve. A situação para a família trabalhadora se torna desesperadora: um trabalhador de salário mínimo em 1965 para atender a alimentações de sua família (4 pessoas) deveria trabalhar 262 horas por mes. Já em 1976 para obter a mesma alimentação deve trabalhar 546 horas e 33 minutos por mes.

Vemos assim que a situação, para nós, vai deteriorando progressivamente; custo de vida aumentando; salários baixando; acidentes de trabalho aos milhões.

A alteração deste quadro só é possível se os trabalhadores reuni-

Logo após 1964, com a mudança radical do regime, foi implantado um conjunto de leis de contenção salarial (conhecida por lei do arrocho salarial) e ligada diretamente a ela, impuseram outras leis e atos que acabam com as liberdades sindicais, liberdades de organização e manifestação. As consequências se revelaram muito favoráveis aos patrões, com lucros exorbitantes, e completamente desfavoráveis aos trabalhadores, sem liberdades e salários de fome.

Embora argumentassem que a "lei do arrocho salarial" era para conter a inflação, constatamos que o custo de vida sobe sem parar. Nos últimos doze meses subiu 6,68%. Em relação a dezembro de 1970, os salários tiveram uma queda de 26% (salário real).

Por determinação expressa do governo, as categorias profissionais, terão apenas um reajuste por ano e o percentual também é determinado pelo próprio governo (patrões e governo é um só).

Ao nosso ver, se torna urgente e necessário romper com estas duas normas: falta de liberdades e arrocho salarial. Certamente só o conseguiremos pela união e organização. Na tentativa para romper esta situação, foi lançada á vários anos, as campanhas de antecipação, porém tiveram poucos resultados, continuamos com salários baixos.

Á situação dos trabalhadores dentro e fora das fábricas é das piores: acidentes de trabalho aos milhares, ritmo de produção super-acelerado, transporte coletivo, saneamento básico, alimentação, etc... em estado de calamidade pública, mortalidade infantil crescendo permanentemente.

Fruto disso, surgem também greves e outros movimentos, portanto, neste maio, mes consagrado as lutas da classe operária, empunhemos a bandeira da campanha por aumento em lugar da de antecipação.

De novembro a maio as previsões indicam 20 á 25% de elevação no custo de vida. Travemos, unidos, a luta por aumento, no mínimo de 20%, ajudando a quebrar o "arrocho" e conquistar a liberdade.

Por aumento de 20% nos salários.

Tem inicio nova campanha salarial dos metalúrgicos, cujo final se dá em 17 de novembro. É mais uma luta que os trabalhadores se preparam para enfrentar cientes das dificuldades existentes, desde proibições de leis até manobras de pelegos, entre outras.

Entretanto é o momento oportuno para avançar na união dos trabalhadores (pois ela se forja nas batalhas) a partir das lutas e movimentos existentes nas fábricas, sobretudo em São Paulo. E dentro desta campanha uma reivindicação muito importante, pela qual devemos nos mobilizar é o não desconto da "antecipação salarial" recebida no meio do ano. Além disso ver o aumento do custo de vida e somando os dois estabelecer o percentual do reajuste a ser exigido.

Necessitamos de união e uma sólida organização nas empresas, caso contrário nossos esforços serão insuficientes para alcançar-mos o cumprimento das reivindicações. Para tal podemos nos organizar nas fábricas formando as comissões de salário (grupos de operários por seções, setores, etc...) cuja função é debater e estabelecer o índice de reajuste e outras reclamações consideradas importantes, buscando ainda junto aos companheiros, esclarecer, unir e organizar se para a luta.

O nosso poder aquisitivo cai gradativamente e o Ministério do Trabalho continua decretando índices de reajuste sempre menores as reais necessidades da família trabalhadora enquanto tentam nos enganar com o "milagre brasileiro" e agora com "este é um país que vai pra frente". Esta realidade nos ensinou que os patrões só entendem nossa lingua quando deflagramos greves, paradas de serviço, operação tartaruga, etc... forçando-os dessa forma á respeitarem nossos direitos e atender nossas exigências.

A OPOSIÇÃO SINDICAL empenhada em mais esta luta conclama a todos os companheiros a se unir e organizar através das comissões de salário, participando ativamente da campanha salarial nas empresas, nas assembleias do sindicato, etc., para alcançar-mos a vitória, sendo também mais um passo no rompimento do "arrocho salarial" e o "atrelamento sindical".

UM DOCUMENTO DA OPOSIÇÃO SINDICAL :

PLATAFORMA DE LUTAS

I- LUTA PELA LIBERDADE DE ORGANIZAÇÃO DA CLASSE OPERÁRIA

Reivindicações:

- liberdade sindical
- desvinculação completa e incondicional dos sindicatos do Ministério do Trabalho
- direito de reunião
- direito de imprensa operária livre
- reconhecimento pelas empresas de comissões eleitas para negociar salários e condições de trabalho
- democracia nos sindicatos.

Palavras de ordem e Orientações:

- organizar comissões operárias por fábrica
- organizar coordenações de comissões, locais, regionais e nacional
- estimular e imprimir jornais operários (jornais regionais inter-categorias - salários, desemprego, transportes, etc.)

II - LUTA POR MELHORES SALÁRIOS E CONDIÇÕES DE TRABALHO

Reivindicações:

- fim do arrocho salarial: livre negociação dos salários entre patrões e operários.
- aumentos de salário iguais para todas as categorias. Contra a divisão da classe operária.
- direito de greve sem restrição. Abaixo a lei anti-greve.
- escala móvel de salários (aumentos imediatos de salários a cada 5% de aumento do custo de vida). Contra os aumentos apenas uma vez por ano.
- abaixo as jornadas de trabalho superiores a 40 horas semanais.
- contra os ritmos acelerados de trabalho.
- contra o trabalho inseguro e insalubre.

Palavras de ordem e orientações:

- que as comissões operárias organizem listas de reivindicações (comissões salariais) e forcem negociações de aumento.
- tartaruga, paralizações e greve pelos interesses operários.

- organizar campanha inter-categorias de antecipação salarial conforme o aumento do custo de vida.
- promover campanha pela unificação das datas-base de dissídio de todas as categorias.
- organização de toda forma de pressão contra o trabalho inseguro e insalubre de qualquer seção ou companheiro de fábrica. Solidariedade o perária.

III - LUTA PELO EMPREGO , CONTRA O DESEMPREGO, CONTRA O SUBEMPREGO

Reivindicações:

- emprego para todos os operários em condições de trabalho
- contra o subemprego
- escala móvel de horas de trabalho (estabelecimento de número de horas de trabalho diárias de maneira a garantir que todos trabalhem sem prejuízo nos salários)
- contra os contratos de trabalho temporários
- pelos contratos coletivos de trabalho
- contra a superexploração do trabalho feminino e do menor
- para trabalho igual, salário igual
- contra o fundo de garantia (FGTS)
- salário desemprego mantido pelo INPS e pelas empresas.

Palavras de ordem e orientações:

- organizar campanhas internas nas fábricas contra o aumento de ritmo e contra o aumento das horas de trabalho
- organizar movimento contra a dispensa de companheiros em períodos de experiência
- organizar abaixo-assinados, listas e greves para equiparação salarial das mulheres e menores. Solidariedade operária.
- Boicote às horas extras (principalmente em épocas de grande produção da empresa).

IV - POR AMPLAS E IRRESTRITAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS EM AMBITO

NACIONAL

Reivindicações:

- liberdade aos presos políticos
- anistia geral e irrestrita
- contra a censura nas informações
- contra as prisões e torturas
- contra a cassação de mandatos populares
- por eleições livres e diretas, com direito à participação de todas as tendências políticas da nação.

Palavras de ordem e orientações:

- Organizar movimento de solidariedade e amparo aos presos políticos
- denunciar prisão e torturas através da imprensa operária
- participar de movimento pelas mais amplas liberdades democráticas.

A QUESTÃO DA AUTONOMIA

ROLANDO FRATTI

Nosso objetivo é evidenciar quanto tem sido danosa ao nosso povo a falta de autonomia da Esquerda Brasileira (EB). Danosa não só no que se refere ao trabalho de pesquisa e busca de uma justa posição política, apta a guiar até o fim e conseqüentemente as lutas do povo brasileiro, no sentido da conquista da libertação econômica do Brasil, pela democracia e o socialismo, mas também porque dificultou o desenvolvimento do pensamento marxista-leninista, e das normas leninistas de organização e de direção partidária. Como conseqüência disso abriu-se o caminho da proliferação do mandonismo de pequenos grupos e caudilhões no seio dos partidos e das organizações da EB. Enfim, o estudo do quanto tem sido negativa à nossa esquerda a falta de autonomia nos indica a justeza das declarações do PCI quando afirma: "crescemos e desenvolvemos o nosso pensamento e nos tornamos mais fortes na mesma medida em que fomos consolidando nossa autonomia".

Há mais de um século que o movimento revolucionário brasileiro (MRB) importa e procura aplicar mecanicamente "modelos" de outros países. Não vamos aqui nos deter nos inúmeros "movimentos nativistas" ou naqueles pela "independência" e a "república" ocorridos em nossa história, os quais, via de regra tendiam a imitar modelos de fora, mas particularmente nos interessa mais de perto o estudo desse fenômeno no seio da esquerda pelo prejuízo que causa e vem causando ao movimento operário (MO).

Nos fins do século passado foi o "anarco-sindicalismo" (AS) que pretendeu transplantar para o Brasil de então o modelo europeu (Debate nº18). O AS, como sabemos, teve o mérito de ter sido o detonador e organizador do MO em nosso país, teve seu auge com a greve de 1918, mas exatamente por não ter uma perspectiva justa esse auge foi ao mesmo tempo o seu ocaso.

Na segunda década deste século surge o PCB que, continuando essa tradição negativa, já nasce importando a linha política da "Internacional" (IC), a chamada linha de "classe contra classe", visto que não possibilitava a aliança do Proletariado com outras camadas na luta antimperialista e também não admitia uma etapa intermediária na Revolução Socialista. Esta linha há via feito vitoriosa a segunda etapa da "Revolução de Outubro" na Rússia, mas no Brasil não havia nem as condições objetivas, nem as subjetivas que permitiram aos bolcheviques de Lenin conduzir o povo ao esmagamento da secular opressão, imposta pela despótica autocracia russa.

Assim, a adoção de tal linha para o Brasil só poderia levar, como levou, a resultados absolutamente negativos.

Outro erro profundamente danoso à revolução brasileira, também motivado pelo reboquismo, foi o da ALN em 1968. Como se sabe, após o rompimento do Cômitê Estadual de São Paulo com o CC, devido à total violação do "centralismo democrático", por parte da Comissão Executiva em nome do CC, no que respeita às normas para o VI Congresso, formou-se o "Agrupamento Comunista de São Paulo" e imediatamente depois a "Ação Libertadora Nacional". Tal foi o seu vigor de crescimento, causado sem dúvida pela falência do PCB como partido revolucionário, que em 4 meses a sua estrutura abarcava as principais cidades e estados do país. Contudo, não havia na ALN um núcleo que houvesse compreendido suficientemente o caráter do golpe de 64, o qual, contraria

mente ao que se pensava, não foi mais um golpe "à sul americana", mas sim uma virada da política dos EE.UU. com relação a América Latina. Essa virada é decorrência da necessidade que tem de firmar-se nessa zona, a fim de transformá-la em "zona estratégica" própria para garantir uma posição de força diante das crescentes dificuldades que encontra para levar à frente sua política em outros continentes. Ademais, os EE.UU. e as "oligarquias locais" para manterem seus privilégios e os dos monopólios, já que não podem mais fazê-lo por meio dos partidos tradicionais, dado o crescente movimento antimperialista dos povos, entrega a gestão de seus interesses às FF.AA., que a exerce na base de regimes ditatoriais ultra reacionários, e em alguns casos como o Brasil e outros, ditaduras militares fascistas. Esta nova política lhe foi e está sendo relativamente fácil, pois toda uma série de fatores a favorecem: 1º - no caso do Brasil até a década de 60 na esquerda predominava o PCB com uma linha que visava a conquista do poder e a derrota do imperialismo pela via eleitoral - como se no país reinasse plenas liberdades democráticas, no estilo dos países independentes e desenvolvidos, como Itália, França, etc., nos quais essa via pode ser considerada válida (pelo menos está sendo vitoriosa até o presente) - 2º - dependência econômica dos países latino-americanos através de empréstimos e investimentos monopólicos; - 3º - existência de burguesias locais que nasceram dependentes (primeiro da Espanha e Portugal, depois da Inglaterra, e atualmente dos EE.UU.), e que estão convencidas que sua existência como classe exploradora depende da sobrevivência da burguesia norte-americana. O que as torna profundamente reacionárias e as faz reagir selvagememente a qualquer medida que vise alterar o "status-quo", nada lhe importando que o crescente domínio ianque se realize em detrimento de 90% ou mais, dos povos de seus países.

Ao não dominarmos esse conjunto de fatores, sobretudo a causa principal dos "equivocos" do CC, que se dão sempre nos momentos mais decisivos da luta, não nos foi possível sustentar uma posição política apta a nos conduzir a uma justa alternativa ao direitismo do CC e, em consequência, impedir que a ALN se tornasse presa fácil do radicalismo de esquerda de vastos setores da pequena burguesia.

Nossa debilidade política, decorrente do atraso teórico, foi um verdadeiro maná para todas as tendências radicalóides e revanchistas das classes e camadas afetadas pelas consequências da nova política econômica dos golpistas de 64. Política que deu lugar a um violento processo de concentração e centralização do capital, provocando uma brusca diminuição dos salários, vencimentos e rendas, com centenas de falências de empresas, mensalmente. Nesta situação surgiu o mimetismo do "modelo cubano". Para compreendermos bem esse fenômeno é preciso não esquecer que naquela fase reinava no Continente uma avassalante onda de entusiasmo pela vitória do Socialismo em Cuba. Vitória essa que era a primeira a ser alcançada sob a direção de uma organização revolucionária não pecebina. Muito ao contrário, a quase totalidade dos PCs da América Latina condenaram o movimento guerrilheiro dos comandados de Fidel. Prestes, por exemplo, em pleno auge da guerrilha (1959) publicou entrevista na "Classe Operária" declarando-se de acordo com a revolução, mas condenando o método... Tal modo de enfocar o problema só podia causar, como causou, escândalos a começar nas fileiras do próprio partido. O estranho é que o modelo importado pela ALN nada tinha que ver com aquele que fizera vitoriosa a Revolução Cubana. Nesta, o foco guerrilheiro foi consequência de mais de trinta anos de lutas do povo cubano, durante os quais pôs em prática todas as formas de luta, e por isso estava convencido, pela própria prática, que a única forma de lu

ta para derrotar o imperialismo ianque e seus lacaios internos, era a violência. Nessas condições o grupo guerrilheiro surgido na Serra teve o mais decidido apoio militante de todo o povo e transformou-se rapidamente numa insurreição, tanto assim é que dos 21 mil mortos na revolução, 18 mil tombaram nas cidades.

Pode igualmente parecer estranho o fato dos cubanos, não obstante sabermos que tal modelo nada tinha a ver com o deles, permitirem e estimularem sua exportação a outros países da América Latina. Na minha opinião isso se deve ao fato de que Cuba naquela fase não tendo relações com nenhum país da América Latina, encontrar-se hostilizada por todos, economicamente bloqueada e sob constante ameaça de invasão, tratava de fustigar constantemente os governos pró-ianques e os próprios EE.UU.

De outra parte, o vazio deixado pela política meramente reformista dos PCs levou a que muitos cubanos e revolucionários de outros países da América Latina (AL) acreditassem ser possível, através de focos, transformar o entusiasmo do povo pela vitória do Socialismo em Cuba em uma avalanche capaz de aniquilar e varrer o domínio norte-americano do nosso Continente.

Assim, a história do MRB indica que a fonte dos desvios, das falsas e arbitrarias posições políticas que não correspondem à situação peculiar de cada país, é sempre a falta de autonomia das organizações de esquerda. A cega aceitação da teoria do "Estado Guia" e a mecânica subordinação ao princípio: "Subordinar o particular ao geral", das chamadas vanguardas, tem sido e vem sendo um verdadeiro desastre, cujas consequências quem as paga é o nosso povo. A falta de clareza sobre essas questões nos levou na ALN, ao querer combater o reformismo, o burocratismo e o dogmatismo de PC, sem conhecer a fundo o porquê de um partido com mais de 50 anos ser assim, a uma posição de ultra-esquerda e nos atrelou a outro Estado Guia. Caímos no mesmo erro do PC, pagando, é claro, um preço mais alto, pois o inimigo é sempre mais implacável contra as posições de ultra-esquerda. É a história do mau cavalheiro: ou cai na esquerda ou na direita. Só depois de um aprendizado é que se mantém em equilíbrio. E bem entendido, só conseguem o equilíbrio os que têm condições para sentir a necessidade da autocrítica! Outra grande cisão no PC foi a liderada por Pedro Pomar, Amazonas, Grabois e outros membros do CC. Esses companheiros, e centenas de quadros dos organismos intermediários e de base, deixaram o partido por não concordarem com a escandalosa posição direitista aprovada por uma maioria precária no V Congresso em 1960. Organizaram outro partido, mantendo o nome originário de "Partido Comunista do Brasil", mas acabaram cometendo um erro gravíssimo ao caírem na órbita de outro "Estado Guia".

Seu órgão oficial "Classe Operária" dedicava e dedica mais espaço ao combate ao "Social Imperialismo" do que os interesses dos camponeses/operários e famintos que dizem defender, como se as divergências sino-soviéticas tivessem algum interesse para o povo brasileiro ou se este tivesse condições de influir na solução dessas divergências. E para patentear melhor o infantilismo da EB, adotaram para o Brasil a mesma linha política que conduziu o povo chinês à vitória. E tudo isso em nome do marxismo-leninismo...

Cito este fatos para tentar demonstrar que os "desvios" e "equivocos" bem como a importação de linhas não são monopólio do velho PC. Contudo, a fonte é sempre ele. É consequência do predomínio da ideologia burguesa

nas direções e da educação "religiosa" que é inculcada no partido. Educação que leva a aceitar toda sorte de "contrabandos" ideológicos como coisas normais. Assim, o reboquismo, que decorre do culto às chamadas personalidades e aos países socialistas, impede que se tenha uma posição crítica, gera o condicionamento no lugar de uma posição de autonomia e, além do mais, o dogmatismo mais primitivo, com todas as suas consequências, tais como: sectarismo, exclusivismo, mandonismo, baluartismo, carreirismo, intolerância com a crítica, fuga à autocritica e violação permanente do centralismo democrático, manobras de bastidores para fabricar maiorias, e outros procedimentos do mesmo gênero.

Como já dissemos em nossa Contribuição ao Estudo do Movimento Operário, publicada em DEBATE nº 18, 19, 20, 22 e 23, em 1930, com a linha política "classe contra classe" o partido não pôde participar da "Aliança Liberal", que se caracterizava como uma frente de diversas classes, forças e categorias sociais progressistas, como o proletariado, a nascente burguesia industrial, o "Tenentismo" com todo o peso do prestígio granjeado nas rebeliões de 1922, 1924 e na "Coluna Invicta". Como consequência o PC ficou isolado e igualmente o proletariado e outras forças progressistas, sem a presença do partido, ficaram enfraquecidos dentro dessa Frente. Isso resultou em vantagem para as forças reacionárias porque lhes facilitou a tarefa de impedir que a revolução de 30 desse passos mais avançados.

Em 1945, com a derrota do nazi-fascismo, graças fundamentalmente à União Soviética, depois de completar a correção da linha política anterior, o que vinha sendo feita desde 37, o partido alcançou a legalidade e teve um enorme crescimento como decorrência da adoção da nova linha denominada "Frente Unica Contra o Fascismo". Participou das eleições, elegeu deputados e senadores, vereadores e prefeitos, e foi majoritário em alguns dos mais importantes municípios.

Depois, partindo da análise feita pelo PCUS, adotou outra linha já conhecida com o nome de "Paz e Tranquilidade". Já tivemos oportunidade de falar genericamente sobre ela, vulgarmente conhecida no meio operário como a linha do "apertar o cinto" e que exigia paz e tranquilidade, a fim de que a burguesia pudesse acumular para libertar o país do jugo econômico norte-americano...

Como desmentindo a análise errada (do PCUS), os EE.UU., que saíram da guerra fortalecidos, lançam o Plano "Marshal" e passam a derramar dólares nas áreas onde estava em gestação toda uma situação revolucionária. Simultaneamente, lançam a doutrina "Truman" (guerra fria), a qual, como se sabe, consistia no lançamento de uma campanha repressiva no plano mundial contra as forças democráticas, visando principalmente os PCs. Essa virada demonstrou que o imperialismo não havia saído da guerra tão enfraquecido, nem o capitalismo tinha deixado de ter possibilidade de recuperar-se como havia avaliado o PCUS.

Como resultado o governo brasileiro rompeu relações com a URSS, o PC é posto fora da lei e todos os seus mandatos eletivos foram cassados. Como resposta a essa nova situação o CC muda de linha em 24 horas. Agora a nova linha é: "Tudo por um Governo Democrático de Libertação Nacional". De clara válidas todas as formas de luta, principalmente as violentas, as greves já não são mais badernas como se dizia anteriormente e o grevista passa agora a ser considerado herói nacional. Em seguida declara os sindicatos instrumentos da burguesia e agências policiais, ordena a organiza

ção de sindicatos paralelos. Foi uma virada radical, uma ofensiva dos diabos, no momento em que a repressão retoma alento em plano internacional e internamente, a ofensiva popular havia se esfriado, a "Paz e Tranquilidade" provocara grande indiferença no meio operário.

A nova linha começa a cair em crise em 1950 com a volta de Getúlio à Presidência da República, visto que o CC continuava a ver o novo governo como o anterior e a afirmar que tanto Vargas como Dutra eram agentes do imperialismo, não obstante as denúncias feitas por Getúlio contra o imperialismo, e o atendimento deste a algumas reivindicações operárias e camponesas. Esta crise foi amenizada no partido somente em 1952 com o documento do CC "Nova Política Sindical", na qual reconhecia o erro dos sindicatos paralelos e ordena que se volte aos sindicatos oficiais. Com o suicídio de Vargas em 54 e com a sua "Carta Testamento" agrava-se a crise no CC, que fica boiando durante anos, a mercê das tendências internas e à procura de uma saída. Em 1958 publica a "Declaração de Março" onde se critica, sem aprofundar, alguns aspectos da linha anterior, se diz que a revolução em curso é "democrático burguesa", e portanto, a direção cabe à burguesia. É a mesma linha de 45 com outra redação. É o início de uma virada de direita! Que teria acontecido? Agora já estamos em pleno governo JK, que em certa medida fez respeitar algumas das liberdades democráticas da Constituição de 46. A distensão entre EE.UU. e URSS progredia. Era preciso criar um clima interno que não prejudicasse esse processo...

Partindo da Declaração de Março o CC abriu os debates em função do V Congresso, os quais foram interrompidos no auge da discussão por uma proposta de Prestes à Comissão Executiva, na qual se dizia que as questões já estavam claras e que era preciso passar às questões práticas. Como se uma coisa impedisse a outra! Na verdade, a linha da Declaração de Março estava comendo chumbo, e foram necessárias toda uma série de medidas para que o Congresso confirmasse a posição direitista. E o CC foi bastante consequente na aplicação dessa linha. Tanto que, quando o imperialismo e a burguesia associada, a partir de 62 ao se sentirem ameaçados com a crescente luta do proletariado, dos camponeses e das demais forças progressistas pelas "Reformas de Base", começam a pregar abertamente a necessidade do golpe, o CC ao invés de fazer um chamamento às massas no sentido de dar uma direção mais concreta à luta pela libertação econômica do país, passa a proclamar que "se houver golpe o nosso exército nacionalista e democrático o esmagará". Esta "palavra de ordem" como expliquei em Debate nº23 facilitou as tarefas dos golpistas de 64. E continuando sua estersada para a direita, no VI Congresso (1967) violou todas as normas democráticas para poder continuar com a mesma linha de 60, quando ainda reinava no país a Constituição de 46, que continha algumas liberdades democráticas. Para cúmulo do absurdo em 72 definiu o regime brasileiro como fascista, conservando, no entanto, a mesma linha com uma prática ainda mais de direita, pois manda seus simpatizantes votar indiscriminadamente no MDB, partido de oposição consentida que faz parte do sistema fascista brasileiro...

Esta, como disse no início, é a minha contribuição aos que no Interior e no Exterior estão discutindo o problema da Autonomia. Estou convencido de que o "condicionamento" da EB (PCB, PCdoB, ALN e outros que não citei por terem menor importância, e detalhando mais sobre o PCB, que por ser mais velho cometeu e vem cometendo mais desacertos) foi e é a causa determinante das linhas políticas estranhas à realidade brasileira, bem como da falta de liberdade interna para a discussão da violação dos princípios leninistas de organização e de direção partidária e de outras violações pró -

prias a uma seita e não a um partido político.

Sem dúvida alguma o problema da Autonomia, dada sua longa tradição negativa, é um dos mais sérios que a nova EB está enfrentando. Toda essa luta se rá para fazer triunfar, no lugar do condicionamento, o princípio de "contar em primeiro lugar com as próprias forças". Por outro lado tem que se processar de maneira radical, pois, se o "Partido Guia" pôde ser aceito até 1945, quando a URSS era o único país socialista e se achava isolada e sob constante ameaça do mundo capitalista, hoje trinta anos depois a realidade é bem outra, portanto a luta de outros povos pelo socialismo se dá também em outras condições e exige que cada país elabore sua própria política, partindo da realidade concreta de cada um.

Atualmente, subordinar o "particular ao geral" - velha ladainha do CC pecebino - em outras palavras: o que é bom para a URSS é bom para o Brasil já não tem sentido positivo, ao contrário, penso que seria muitíssimo bom para o povo brasileiro uma linha adequada que o conduzisse à liquidação do fascismo e à construção de uma nova sociedade, acontecimento que seria bom também para o povo soviético, chinês e outros povos. A história está aí para quem deseja aprender. A linha dura do "26 de Julho" levou a resultados bem melhores ao mundo socialista e ao povo cubano em particular do que a aquela branda dos comunistas que dominavam o CC do PPS de Cuba. Além do mais, hoje, para se saber de que lado pende a balança é preciso passar à prática. Em 49 e 60, por exemplo, a situação internacional aparentemente parecia desfavorável, entretanto os revolucionários chineses e cubanos, respectivamente, proclamaram o Socialismo em seus países. O mesmo se pode dizer do glorioso povo do Vietnã e de outros países mais. Isso prova hoje que o "geral" pende para os povos que lutam por sua liberação. É esta a grande lição a tirar da experiência revolucionária internacional a partir de 45: os povos vitoriosos souberam resolver corretamente a questão essencial da Autonomia. O que deve nos condicionar são os fins pelos quais lutamos e na da mais.

O exposto poderia levar à conclusão que para o triunfo da revolução seria suficiente uma posição de Autonomia e uma acertada linha política. Seguramente tal conclusão seria infantilíssima, já que o fator decisivo para a revolução é a existência de uma situação revolucionária. Entretanto, se essa situação não coincidir com a existência de fatores subjetivos, isto é, uma organização revolucionária que haja interpretado com justeza as causas que a geraram e dado uma direção certa às aspirações das massas, credenciando-se assim a conduzi-las para a frente, a situação revolucionária esvaízia-se, como tem ocorrido em muitos países, no Brasil inclusive, e dá oportunidade à contra-revolução de achar uma saída e esmagá-la. Assim, se a Autonomia é indispensável à elaboração de uma justa linha política e a correspondente estrutura orgânica, bem como ao método de direção exigido para atuar sob o fascismo, concluiremos que essa tarefa (luta para conquista da Autonomia) tem uma importância inestimável para a Esquerda que emerge dos desastres provocados pelas posições de ultra-direita e ultra-esquerda da EB.

A luta pela Autonomia e outras questões da EB devem ser enfrentadas levando em conta que o sistema socialista é superior ao capitalista. Não há qualquer outra alternativa ao capitalismo senão o socialismo. Esta superioridade decorre do fato que, ao instaurar-se o socialismo num dado país, abre-se o caminho para a solução de todos os grandes problemas da humanidade, problemas que os regimes anteriores, por serem baseados na exploração

do homem pelo homem, não puderam resolver. É inegável que nos países Socialistas ainda existem grandes problemas a resolver, em alguns mais, em outros menos, como há sérias deformações internas a serem superadas. Seria puro idealismo pensar que assim não fosse. São heranças da velha sociedade cuja superação com maior ou menor êxito está condicionada ao método de condução que se empregue na luta para extirpar as tradições negativas. São questões que nos cabe estudar atentamente, a fim de cometermos menos erros ao enfrentarmos problemas idênticos. Devemos ter consciência de que esses problemas são questões internas de cada país, e sendo assim, a eles e a ninguém mais compete adotar os critérios e os remédios que julgarem mais acertados para solucioná-los. Portanto, qualquer intromissão externa é indevida. O povo que foi capaz de esmagar seus exploradores, com muito mais facilidade irá solucionando seus problemas e construindo a nova sociedade.

As velhas divergências entre os PCs, em torno da questão do "Estado Guia", divergências que se agravaram depois de 45 com a extinção da Internacional Comunista em 1943, onde pelo menos se discutiam as questões internacionais, e o enorme prestígio alcançado pela URSS com o esmagamento do nazi-fascismo - o que lhe deu mais força para pretender impor-se como Estado Guia - provocou a "rebelião" de vários partidos e Estados Socialistas, como a Jugoslávia, Albânia, China e outros. Dividiu-se assim a Esquerda, em plano mundial, entre pró-chineses e pró-soviéticos, como meros torcedores de futebol, em vantagem é claro, para as maquinações e ações criminosas do imperialismo. Só agora, 30 anos depois, uma parte dos "rebeldes" tem a oportunidade de reunir-se publicamente e fazer-se ouvir. Foi o que vimos em abril de 1976 na reunião dos Partidos Comunistas Europeus, na qual, por exigência do PCI, PCF, PCY, PCE e outros, teve início a discussão aberta sobre a necessidade da AUTONOMIA dos Partidos e Movimentos Revolucionários, quanto à elaboração de suas linhas, bem como do caminho da revolução e da construção do socialismo em cada país.

Esse início de discussão deve ser visto com satisfação por todos nós, pois conduzirá à discussão aberta das divergências sino-soviéticas, problema que é o principal do mundo socialista. Além disso esta "rebeldia" dos PCs, que não aceitam na prática o Estado Guia, reforça, colabora, com aqueles que na América Latina e no Brasil em particular, lutam para consolidar uma posição de Autonomia como condição indispensável à elaboração de uma válida linha política.

NOTA DA REDAÇÃO: É desnecessário salientar a importância do problema levantado pelo companheiro Fratti no presente artigo. Embora não partilhemos de todas as análises e apreciações nele desenvolvidas, estamos profundamente de acordo com a inspiração revolucionária que o guia e nos dispomos a aprofundar nos próximos números de DEBATE o exame deste problema crucial. Consideramos desde logo que neste aprofundamento necessário devem ser discutidos todos os temas conexos e inter-relacionados com o da autonomia, especialmente: (a) o internacionalismo proletário e as formas políticas que deve assumir na situação atual; (b) a natureza social e política do "conflito sino-soviético" e a experiência histórica da ditadura do proletariado e da construção do socialismo; (c) o problema do revisionismo e do oportunismo no interior do movimento comunista internacional.

IMPrensa FEMININA

PAULA SANTOS
FRANCISCA PEREIRA

O chamado Movimento de Libertação das Mulheres, longe de ser algo homogêneo, recobre inúmeras tendências de diferente conteúdo de classe. A imprensa burguesa brasileira, que tem demonstrado um interesse crescente pela questão feminina, trata de fazer um amálgama das diferentes correntes, apresentando o Movimento como uma "onda de revolta" das mulheres contra o trabalho doméstico, a repressão sexual, e sobretudo a dominação do homem na sociedade.

É evidente que este interesse e esta visão sobre o assunto traduzem o esforço da burguesia para controlar e canalizar a luta das mulheres. Com efeito, o conteúdo dessa luta não é determinado pelo sexo das participantes mas por seu caráter de classe. Enquanto se apresentar a questão como luta entre as mulheres em geral e os homens em geral, sem distinção de classes a burguesia não terá nada a temer. Mas, na medida em que as mulheres das classes trabalhadoras tomem consciência de sua dupla opressão, enquanto mulheres e enquanto pertencentes às camadas exploradas da população, sua luta assumirá um caráter revolucionário, orientando-se como parte do processo geral de luta de classes pela derrubada da ditadura e pela instauração da democracia revolucionária que abrirá o caminho histórico para a conquista de uma real igualdade.

Embora a participação crescente das mulheres na produção social seja um fator essencial para a tomada de consciência dessa opressão, a ideologia burguesa é um grande entrave a este processo mantendo as mulheres sob a influência de suas concepções e valores. Basta ver, por exemplo, o número significativo de trabalhadoras que acham "normal" o fato de receberem um salário mais baixo que o do homem, por considerarem que seu salário é apenas um "apoio" ao do "chefe de família". Donde a importância de se travar uma intensa luta ideológica, a qual pressupõe a luta por uma ampla liberdade de expressão, e o desenvolvimento de uma análise materialista e dialética da questão feminina que inclua os diversos mecanismos ideológicos de opressão da mulher. Entre eles, a imprensa feminina ocupa, no Brasil, um lugar de destaque: sua grande penetração junto à população feminina, e o fato de constituir quase que exclusivamente a única literatura consumida pelas mulheres revela a importância de uma análise que nos permita compreender seu papel. Tentaremos pois desenvolver algumas considerações sobre suas características.

A penetração da imprensa feminina burguesa junto ao público é grande. Através de que métodos a revista feminina obtém sucesso utilizando uma linguagem que só pode ser classificada de medíocre e redundante? Não se pode atribuir seu êxito a um hipotético maquiavelismo da burguesia, que orquestraria, através de um minucioso "plano", a veiculação de sua ideologia nessa imprensa.

Começemos, então, por ver qual a percepção das leitoras em relação à imprensa feminina. Que imagem têm as leitoras da revista feminina? Pesquisas indicam que as razões alegadas para o consumo desta literatura giram basicamente em torno de dois fatores: (a) sua função prática ("Dá idéias práticas e úteis"; "É um guia para o lançamento de novidades") e (b) seu poder de sedução ("É bonito e agradável de se passar os olhos"; "Fala de uma maneira simples e clara").

Podemos distinguir duas grandes categorias de publicações : as que se dirigem às mulheres das camadas populares (operárias,comerciárias,empregadas de escritório,empregadas domésticas,mulheres que não exercem atividades remuneradas) e as que se dirigem às mulheres burguesas ou pequeno-burguesas que partilham de suas concepções e valores.Não existem porém,uma compartimentação estanque entre elas,pois algumas publicações da primeira categoria têm grande aceitação entre o público da segunda e vice-versa.

As publicações destinadas às mulheres das camadas populares são, em sua maioria,revistas especializadas em fotonovelas.A forma fotonovela é bastante adequada a este tipo de público,que possui pouco hábito de leitura e onde o texto ,composto essencialmente de diálogos e ilustrações,é de fácil compreensão .É principalmente esta adequação entre forma e nível médio de instrução que assegura à fotonovela a larga difusão que ela tem no Brasil.É interessante verificar que,embora a maior parte das fotonovelas seja produzida na Europa (fundamentalmente na Itália), sua circulação é aí muito mais restrita que no Brasil; também é sintomático que as revistas de fotonovelas européias contenham muito mais textos contínuos que suas homônimas brasileiras (contos,enredos de filmes,resumos de livros,etc). Esta diferença se explica pelo fato que,embora a origem social das leitoras de fotonovelas na Europa seja bastante parecida com a das leitoras brasileiras,o nível médio de instrução das primeiras é bastante mais elevado. Já as revistas dedicadas ao tratamento das questões sexuais (por exemplo,"Ele & Ela") são dirigidas a princípio para as mulheres da pequena-burguesia.Mas o fato de constituírem a única vulgarização existente de informações sobre os problemas sexuais faz com que elas tenham uma aceitação significativa entre as mulheres das camadas populares.A imprensa dedicada às mulheres burguesas e pequeno-burguesas se caracteriza por uma presença de maior peso de apelos ao consumo de luxo e por uma maior flexibilidade no tratamento das diversas questões - contrariamente às revistas da primeira categoria ,onde a ideologia se expressa de maneira particularmente rígida e autoritária.

Características da imprensa feminina burguesa

Apesar de existirem diferenças importantes no tratamento de certas questões específicas,a ideologia veiculada em ambas as categorias da imprensa é a mesma,e se caracteriza pela falta de elaboração crítica dos problemas abordados.Para imprimir um tom objetivo à sua argumentação a imprensa feminina burguesa recorre a afirmações peremptórias que adquirem o estatuto de quase-provérbios,do gênero : "Dois esposos que se adoram são mais unidos que dois amantes" ; " Na dúvida,abstenha-se" ; "Briga de homem e mulher é assim mesmo,esta guerra é velha como o mundo : está na ordem natural das coisas". Partindo da temática da realidade quotidiana, é criado um universo irreal de representação onde a ausência de todo e qualquer elemento crítico é a defesa encontrada contra o perigo que traria qualquer aprofundamento na reflexão : a descoberta das reais contradições que estão na base dos problemas tratados ; investem-se então os elementos de revolta despertados pela condição feminina no cultivo de uma resignação passiva,sustentada por uma boa dose de "otimismo" e de "força de vontade".

Mais do que a repetição monótona de frases feitas,o fundamento ideológico em que se baseia a "problemática" feminina tal como a expõem as revistas burguesas é a oposição "natureza feminina/natureza masculina".Os pa-

pêis atribuídos socialmente aos dois sexos são considerados como características imanentes da natureza de um e outro, determinando de maneira eterna e universal as diferenças de comportamento, e sendo estes papéis de finidos de forma clara e mutuamente excludentes. A personalidade feminina é desprovida de existência e sentido próprios ("Seja encantadora, mas não saia por aí magoando gente - isto é: homens - que não merece ser magoada") gravitando em torno de dois elementos: a maternidade e o homem. Sua inserção social se produz através do homem, pois a ele pertence o universo social, sendo o universo feminino o doméstico ("... o melhor que a gente faz é ficar em casa, quietinha e de boca fechada para não dizer besteira"). O círculo assim se fecha, e com ele todas as interrogações, antes mesmo que possam ser formuladas, esvaziando-se deste modo as contradições

Desta diferenciação "natural" se despreendem as principais características da "natureza feminina": (a) a passividade - frágil e fraca, a mulher se comporta como objeto, o homem como sujeito: o homem age, a mulher é ("Deixe que as coisas aconteçam, evite situações que exijam decisões sérias"); (b) a disponibilidade - seu papel é seduzir, agradar, moldar-se para a escolha masculina ("... ele prefere mulheres de mais de 25 anos, misteriosas, e é daqueles que pensam em 'moldar a mulher a mim'...); e (c) a corrupção - tudo conseguir através de qualquer subterfúgio sedutor ("Será uma festa, pare ele, acordar com aquele cheirinho de café invadindo o quarto e ver você, radiante ao lado da cama, com uma bandeja cheia de coisas gostosas para os dois. Humm! ... Vamos, capriche! ")

É claro que não encontraremos esta oposição natureza feminina/natureza masculina de maneira sintética e abstrata em nenhuma das revistas femininas; é no exame do tratamento específico dado aos diferentes problemas que ficará clara a utilização desta "lei natural" como fio condutor.

As determinações da "natureza feminina" no tratamento dos vários temas

Seria o simples fato da imprensa feminina espelhar o universo de representações da ideologia burguesa o fator que garante por si só a identificação de seu público e a credibilidade que lhe é tributada? Acreditamos que ele não é suficiente. A imprensa feminina vai mais além: ela conquista esta posição de influência ao fornecer também respostas precisas, dinamizando as proposições abstratas acima descritas ao transformá-las em proposições ou ideais para os problemas quotidianos. Para analisarmos os temas, podemos agrupá-los em dois conjuntos: sexualidade/casamento e trabalho remunerado/trabalho doméstico.

Sexualidade/casamento

A organização da célula familiar - através de sua instituição jurídica o casamento - é o centro de todas as considerações. Mas embora todo casamento suponha um homem e uma mulher, a regra monogâmica que o define só tem valor de coerção social para a mulher. A sexualidade feminina só é reconhecida socialmente através do contrato matrimonial. Há, no entanto, variedade grande de formulação para esta "regra social".

A primeira observação que se impõe é a influência da ideologia religiosa no tratamento da problemática sexual, sendo evidente a correlação entre a concepção cristã da sexualidade - admitida somente como instrumento de procriação - e a redução na ideologia burguesa da sexualidade feminina ao contrato matrimonial. Embora não caiba aqui o aprofundamento de seus

princípios e de sua atual configuração na sociedade capitalista, há que se ressaltar a importância da ideologia religiosa na definição do comportamento sexual imposto pela ideologia dominante. Cumpre por ora apenas assinalar que o elemento religioso só aparece de maneira explícita nas publicações destinadas às camadas populares, sendo um dos elementos importantes de "autoridade" para caucionar as normas repressivas e rígidas aí veiculadas.

As heroínas de fotonovelas, moças puras e sinceras, se confessam e comungam a cada domingo e temem "... ofender a Deus com este amor excessivo por uma de suas criaturas". Numa das revistas que consultamos, a charlatanice aparece em todo o seu esplendor, quando se afirma que "... Há uns dez anos atrás, angústia e neuroses eram excepcionais porque havia valores bem estabelecidos entre o mal e o bem. Em nossos dias, todos os grandes psicanalistas afirmam que o único remédio contra as angústias permanece a religião que imuniza".

Nas revistas dedicadas às mulheres burguesas e pequeno-burguesas encontramos variadas posições; desde a posição "tradicional" - que nega qualquer possibilidade de relação sexual fora do casamento - até as encontradas em algumas publicações mais recentes (por exemplo "Nova") que têm à primeira vista opiniões mais "modernas". Preconizam estas revistas uma nova imagem da mulher, superposta à tradicional "mulher-esposa-e-mãe"; onde é admitida - se bem que timidamente, é claro - uma certa liberdade sexual em geral. Acontece que esta "liberdade" é encarada como uma espécie de "terapia" para a "consolidação" do casamento - ou seja: instrumento de reforço da instituição. Um exemplo significativo é um artigo que encontramos intitulado "Os riscos (e as alegrias) do relacionamento sexual com o seu ex": os depoimentos contam que "... me deixei disponível para alguém disponível como eu. Ouvi recriminações, sofri pressões da família. Vivi entre meus preceitos morais e histórias de mulheres livres que faziam isto e aquilo. Finalmente percebi que eu era também uma mulher livre e quem me condenava era eu mesma. Foi longo o caminho até me desligar e viver a minha vida, independente do que pudessem pensar de mim por aí". Mas, depois de algumas aventuras, a verdade brota, incontestável, e ela descobre que "... quando ele se levantou para ir embora, me senti traída. Para mim não poderia haver sexo fora do casamento. Me machuquei muito". Ou seja as regras do jogo já estão dadas, mas não custa nada ir verificar por si mesma ...

Na verdade, a existência destas novas posições quanto à problemática sexual tem objetivos muito precisos: ao veicular esta nova imagem da mulher "livre", tratam de tentar recuperar os ecos que os movimentos de libertação da mulher tiveram no Brasil. Interpretando como lhes convém reivindicações de certas correntes concernentes à repressão sexual, "decretam" extintas as proibições sexuais, e já atingida a libertação sexual feminina. Os obstáculos encontrados pelas mulheres não seriam mais de ordem social mas "natural"...

Em todas as publicações, o objetivo central da vida das mulheres é pois, a conquista de um marido, através do qual elas conquistarão seu reconhecimento social, sua segurança econômica, e uma razão de viver: organizar a vida do lar. É importante aqui o papel que exerce a mistificação das relações afetivas: se nas publicações dirigidas às mulheres burguesas elas são caracterizadas com mais nuances, nas revistas dedicadas às camadas populares sua caracterização é rígida, e estreita a relação entre afetividade e problemas econômicos. O casamento é apresentado como a solução da vida material das mulheres. Isto pode ser verdade para as burguesas, mas é

indecente mistificação da realidade das proletárias. Quando se sabe que mais de 90% das operárias que se casam são despedidas pois os patrões não querem - num prazo que êles supõem curto - ter que dar férias de maternidade e arcar com os custos sociais impostos pela lei (embora frequentemente não cumpridos) no caso de gravidez de uma trabalhadora, pode-se apreciar a charlatanice reacionária das revistas de fotonovelas. Não há herói de fotonovela que não diga à amada, quando vai pedir sua mão: "Agora você vai parar de trabalhar, e vamos viver do que eu conseguir ganhar". E para ela isto nada mais é que uma decorrência da relação criada a partir do momento em que "... meus olhos se cruzaram com os seus, e não sei porque corei na hora: talvez porque tive a sensação de que algo de definitivo tinha ocorrido na minha vida". E frequentemente as novelas nos oferecem exemplos de casamentos financeiramente vantajosos, versão feminina do leit-motiv da ideologia burguesa "qualquer um pode subir na vida".

Estas idéias aparecem também, sempre sob a mesma forma fragmentada em pequenos artigos referentes à vida familiar (sobre medicina, educação, puericultura, etc); pequenas colunas dedicadas às questões afetivas e sexuais: (conselhos, testes psicológicos, colunas de consulta, contos, etc); ou ainda artigos sobre moda e beleza, que anunciam os novos critérios estéticos da "mulher desejável". As colunas de consulta não exigem muita elaboração nas revistas dedicadas às mulheres das camadas populares, mas nas dedicadas às mulheres burguesas o caráter "científico" das observações é garantido pela ostentação de vários títulos de especialistas: médicos, estetas, psiquiatras, endocrinologistas, etc. O "correio sentimental", por exemplo em certa revista, aparece sob o título de "O divã da analista"...

Trabalho remunerado /trabalho doméstico

A ênfase dada à prioridade do trabalho doméstico é aparentemente contraditória com a evidência dos fatos, que mostram a participação de um número cada vez maior de mulheres na vida econômica do país; para se desvencilhar desta incômoda evidência, sem perder a coerência com suas noções básicas, a imprensa feminina lança mão de alguns artifícios retóricos. Quando o problema do trabalho remunerado vem à baila, frequentemente são levantados os problemas decorrentes da dupla jornada de trabalho; mas à sua constatação seguem-se somente considerações destinadas a provar o quanto o trabalho remunerado é prejudicial à execução do conjunto de tarefas que constituem o verdadeiro terreno de desenvolvimento dos predicados femininos - o trabalho doméstico. Nos casos em que a hipótese de exercer uma atividade remunerada é admitida as relações patrão/empregada são calcadas sobre o modelo das relações amorosas. Esta representação aparentemente ingênua busca engenhosamente descaracterizar as relações de trabalho enquanto relações sociais de produção, tentando dar-lhes o caráter de relações pessoais, com o fito de sufocar o despertar de uma consciência de classe nas mulheres exercendo uma atividade profissional. Mas, diferenças importantes surgem no tratamento da questão segundo as camadas sociais para os quais se dirige a revista.

Para as mulheres das camadas populares, o trabalho assalariado assume o aspecto de um mal necessário, sendo porém ressaltado seu caráter transitório e esporádico. Quando as heroínas de fotonovelas trabalham, exercem funções tipicamente "femininas", de pouca qualificação, e somente enquanto não se casam. As casadas só trabalham se o marido for um incapaz, aleijado ou beberrão. Não seria por acaso que o caráter transitório e conjuntural do trabalho feminino tal como é apresentado por esta imprensa coincide perfeitamente com o caráter da utilização capitalista da mão-de-obra feminina, en

quanto componente do exército industrial de reserva. Já para as mulheres burguesas e pequeno-burguesas o trabalho é representado como instrumento de realização pessoal e de conquista da liberdade individual. Não há dúvida de que é mais seguro fazer crer que se está conquistando "liberdade e realização pessoal" a ter que se levantar os problemas referentes à perda crescente de poder aquisitivo dos chefes de família da pequena burguesia e sua proletarização progressiva, que é um dos fatores responsáveis pela entrada na produção social de parte significativa das mulheres da pequena burguesia. De qualquer modo, para elas não se coloca urgente o problema da dupla jornada de trabalho, visto que seu orçamento geralmente permite utilização do trabalho doméstico remunerado, apesar de não significar que sua presença no lar seja menos solicitada (Visto num anúncio: "Vive - mos numa época em que a mulher, trabalha, comanda, participa, e procura viver intensamente. Apesar disso ela continua sendo a mulher que cuida da casa, que tem filhos, e que menstrua.") O tratamento qualitativamente diferente dado à questão do trabalho remunerado para as mulheres de diferentes classes sociais é ilustrado, por exemplo, com o teste psicológico intitulado: "Você combina com seu trabalho?" - onde nos resultados encontramos o seguinte diagnóstico: "Se você obteve de 5 a 10 pontos, situação profissional insustentável: - o tipo de trabalho que você faz não tem nada a ver com suas tendências e aspirações; para falar a verdade, você está apenas ... perdendo tempo!" Esta "psicologia" só poderia mesmo ser aplicada para aquelas cuja sobrevivência não depende diretamente de seu trabalho pois para milhões de trabalhadores esta perda de tempo - mal paga - com tarefas maçantes lhes é vital...

Do mesmo modo que o conjunto de temas anterior, as rubricas que tratam do tema o fazem de maneira fragmentada, dispersa, e compõe-se em sua maioria de conselhos práticos sobre a execução do trabalho doméstico: receitas de cozinha, corte e costura, decoração, etc, desde as mais simples e econômicas até as que só são permitidas a quem conta com razoável número de empregadas e eletrodomésticos. Mas também estão presentes por vezes artigos mais extensos sobre o assunto.

Gostaríamos ainda de fazer algumas observações sobre algumas rubricas características das revistas femininas, que exercem funções específicas:

- Seção de correspondência que cumpre duas funções importantes. Através de estreito contato com as leitoras, informa constantemente a redação das reações de seu público e cria um clima de "camaradagem" e "amizade" que lhe delega uma certa "autoridade" no papel de amiga conselheira.

- Atualidades diversas: Sob o pretexto de manter o público da revista ao corrente dos principais acontecimentos da atualidade, constitui-se uma seção de pequenas notas sobre a vida íntima de personalidades famosas, ou então referências distorcidas e anedóticas sobre acontecimentos políticos e sociais. Uma forma frequentemente utilizada é a de se entrevistar personalidades em evidência na cena política e social dirigindo-se "às mulheres": o resultado é encontrarmos títulos tais que "O ministro X também manda na cozinha", ou "O Governador e suas rosas". Quando abordam diretamente temas políticos, o ridículo quase sempre chega às raias do grotesco, com esta versão "para mulheres" da invasão da Baía dos Porcos: "...Em 1962, é Jackie quem, à saída de um jantar, salva os EUA e talvez o mundo de uma catástrofe irreparável. John Kennedy acaba de se inteirar da notícia segundo a qual os russos estão transportando mísseis atômicos para Cuba. Ele transmite a notícia à sua esposa, então ocupada com convidados para jantar, na Casa Branca. Ela vai a seu encontro, no escritório, e o interpela: "É uma loucura, John, você pode impedi-lo: faça-o !! E John finalmente a escuta: o país está salvo."

- As entrevistas e reportagens com personalidades famosas, geralmente artistas de televisão e cinema. É um instrumento que se presta a demonstrar como as angústias e problemas femininos não tem nada a ver com sua condição de sexo e classe, mas que são comuns a todos os "seres humanos, e que consequentemente todo mundo " vive, sofre e age igualzinho". Para tal, multiplicam-se as matérias onde é apresentado o cantor X em sua luxuosa mansão, declarando que a 'união de minha família é meu único tesouro', ou a artista milionária choramingando que 'nada mais conta depois que ele me abandonou' ".

- A propaganda publicitária está presente de forma dominante, seja explícita ou sob a forma de conselhos e artigos: além das mercadorias destinadas a seu consumo individual, a mulher é que é geralmente encarregada das compras da casa e da maior parte dos artigos de consumo do marido e dos filhos. A extensa gama de produtos anunciados tanto serve para incentivar o consumo daquelas cuja situação econômica o permite, quanto como elemento mitológico para aquelas cujo poder de compra é incompatível com o ideal proposto. Para estas, a publicidade "revela" a existência concreta dos produtos portadores de beleza, bem-estar e felicidade - existentes, se bem que infelizmente inacessíveis...

O que podemos concluir desta rápida análise do conteúdo das revistas femininas? Em primeiro lugar é forçoso reconhecer que sua influência é bem mais profunda e eficaz que faz crer à primeira vista seu aspecto superficial e pueril. Mas esta influência é distinta segundo a classe social para a qual a revista se dirige. Com efeito, a mulher burguesa pode se reconhecer no protótipo de "mulher ideal" que lhe é apresentado; ela pode levar o café da manhã para seu marido na cama numa bandeja de prata, pode adquirir os produtos que "trazem felicidade e bem-estar", usar o creme que ajudará a ter o sonho de todas as mulheres: "uma pele lisa e sedosa", etc... Neste sentido a revista feminina cumpre para a mulher burguesa uma função que se poderia chamar de "espelho", isto é, algo em que ela pode se identificar. Já para as mulheres das classes trabalhadoras, a função da revista é totalmente diferente. A descoincidência é total entre o "padrão feminino" apresentado pela revista feminina - que é um padrão de mulher burguesa - e a realidade concreta vivida pelas trabalhadoras. Esta descoincidência é reveladora do aspecto "mitológico" sábiamente entretido pela imprensa burguesa destinada a essas mulheres. A justa aspiração por uma vida melhor é assim desviada para o plano individual na esperança de um casamento vantajoso, de uma herança de um parente desconhecido ou da descoberta de um tesouro (soluções apresentadas pelas fotonovelas para a resolução de problemas materiais).

Mostrar os problemas concretos da vida cotidiana das mulheres das classes populares, desmitificar o papel cumprido pelas revistas burguesas, propor formas de ação e de organização para essas mulheres que constituem um precioso potencial revolucionário, este é o papel de uma imprensa feminina consequentemente democrática.

Outros artigos publicados em DEBATE sobre a questão feminina:

- CONTRIBUIÇÃO A UMA ANÁLISE MARXISTA DA QUESTÃO FEMININA.

Joana Almeida, Marta Alves, Maria Ribeiro - DEBATE 17.

- ALGUNS ASPECTOS DA SITUAÇÃO DA MULHER BRASILEIRA.

Maria Ribeiro - DEBATE 20.

DEBATE

ESTA À VENDA EM

PORTUGAL

Livraria Opinião
Rua Nova da Trindade, 24 Lisboa

Livraria Leitura
Rua de Ceuta, 88 Porto

Centro do Livro Brasileiro
Rua do Ouro, 160 Lisboa

Iberlivro
Largo Trindade Coelho, 3-4 Lisboa

SUECIA

Bokcafét
Drottningatan, 85 Stockholm

Bokcafét
S.T. Petrikyrkog., 7 Lund

ITALIA

Libreria Rinascita
Via delle Botteghe Oscure, 1-3 Roma

Libreria Internazionale Paesi Nuovi
pza. Montecitorio, 59-60 Roma

NORUEGA

Tronsmo Bokhandel
Christian Augustsgt., 19 Oslo

FRANÇA

Librairie Portugaise et Brésilienne
33, rue Gay-Lussac Paris 5

INDICE

Fernando Andrade: A DEMOCRACIA REVOLUCIONARIA	p. 3
Hélio Cintra: O DEBATE NA OPOSIÇÃO SINDICAL	p. 11
Luta Sindical nº 2 e 4: SOBRE AS COMISSOES OPERARIAS	p. 14
PLATAFORMA DE LUTAS DA OPOSIÇÃO SINDICAL	p. 17
Rolando Fratti: A QUESTÃO DA AUTONOMIA	p. 19
Paula Santos e Francisca Pereira: IMPRESA FEMININA	p. 26

CORRESPONDÊNCIA,
ASSINATURAS,
NÚMEROS ATRASADOS :

DEBATE
c/o J. Bourderie
146, rue Montmartre
75002 Paris FRANCE